

A Espada do Oficialato Moderno como Objeto de Poder Simbólico

The Sword of the Modern Officership as an Object of Symbolic Power

RESUMO

Ao longo das guerras da humanidade, o *homo militaris* sempre elaborou objetos de uso bélico para submeter homens, povos e nações no decurso do seu processo histórico, contudo, um desses objetos marcou a história das civilizações, a saber, a espada militar. Ao longo de sua existência, a espada tornou-se um instrumento de grande interesse histórico e arqueológico, mais do que qualquer outro instrumento militar, visto que sua perenidade só encontra paralelo à sua universalidade, uma vez que a espada foi uma arma de guerra empregada tanto por nações orientais, quanto ocidentais. Face a isso, seria demasiadamente simplista pensar que a espada do oficialato moderno tenha, nos dias atuais, um papel exclusivo para solenidades e cerimônias militares. Desse modo, o presente artigo científico tem por escopo discorrer a respeito das possíveis motivações que levaram a oficialidade, enquanto estamento militar, a escolher a espada como seu objeto de poder simbólico.

Palavras-chave: Espada militar. Oficialato moderno. Poder simbólico.

Wellington Ferreira Gomes
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Email: wfgomes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6079-0209>

Recebido em: 19 JAN 2023
Aprovado em: 25 MAIO 2023

ABSTRACT

Throughout the wars of mankind, *homo militaris* has always created objects of war used to subdue men, peoples and nations in the course of their historical process. One of these objects, however, marked the history of civilizations: the military sword. Throughout its existence, the sword has become an instrument of great historical and archaeological interest more than any other military instrument, once its perennity is only paralleled by its universality, considering the sword was a weapon of war which was employed by both eastern and western nations. With this regard, it would be too simplistic to think that, nowadays, the sword of modern officers has an exclusive use for solemnities and military ceremonies. Thus, the scope of this article is to discuss the possible motivations that led the officers, as a military establishment, to choose the sword as their object of symbolic power.

Keywords: Military sword. Modern officer. Symbolic power.

Revista Agulhas Negras
ISSN on-line 2595-1084
<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/aman>



<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>



1 Introdução

Como objeto de uso militar, a espada foi uma arma projetada para a guerra que subsistiu a todas as idades históricas. Perpassou pela Antiguidade, nas Eras do Bronze e do Ferro, alcançou seu auge no Período Medieval e encontrou seu declínio ao longo da Modernidade, destacando-se na história como um dos mais perenes construtos do *homo militaris*¹.

Pesquisadores em temas militares reconhecem que a espada se tornou um objeto de grande interesse, mais do que qualquer outro instrumento militar, cuja origem remonta às primeiras civilizações. Terminado o tempo de sua utilidade como arma de ataque e defesa, a espada adquiriu especial atenção no atual mundo moderno, em conexão com a Arqueologia e a História do período ao qual originalmente pertencia.

Poucas armas do mundo operam em um nível tão mítico quanto as espadas militares, levantando questões interessantes sobre simbolismo, identitarismo, controle e poder que esse gênero de arma proporciona.

Ao longo do processo civilizacional, fatores como a evolução da técnica bélica e da arte da guerra, mudanças socioeconômicas, influências culturais e religiosas contribuíram para transformar a espada de um vulgar artefato de guerra para um singular apetrecho militar, assumindo um papel de exclusividade aos estamentos militares, deixando de dispor gradativamente à sociedade mais ampla.

Sendo assim, o presente artigo busca responder a seguinte problemática investigativa: quais as possíveis motivações que levaram os elementos de força dos Estados nacionais a continuarem fazendo uso dessa antiga e rudimentar arma de guerra, na atual Era Tecnológica e Informacional? A razão deste artigo é buscar responder este intrigante questionamento.

A contribuição científica que este trabalho visa proporcionar é a valorização do profissional militar com patente, isto é, enobrecer o militar que possui prerrogativas próprias ao seu *status* institucional, mas que também carrega o peso pela defesa do solo pátrio e pela segurança do Estado, atribuições inerentes ao oficialato profissional das Forças Armadas.

2 Procedimentos metodológicos

Este artigo científico tem como seu objeto de estudo a espada militar, no entanto, a abordagem deste trabalho visa explorar esta arma como material de interação social, no contexto das sociedades militares modernas, cuja aplicabilidade foi monopolizada por um corpo social distinto, a oficialidade.

¹ Conceito teórico no campo da Sociologia Militar que estuda as instituições militares, enquanto organização burocrática e grupo social singular da sociedade, quanto ao uso da força.



Desta feita, esta investigação buscou ter um olhar, tanto na perspectiva sociológica, quanto antropológica, a respeito das relações sociais dos elementos de força dos Estados, com foco principal no oficialato nas relações militares-militares, tendo as espadas como instrumentos de interação.

O recorte temporal desta pesquisa foi delimitado no Período Moderno, do século XVI aos nossos dias. A delimitação espacial analisada tem como limites as culturas civilizacionais do Ocidente — nações europeias e países do norte e sul-americanos —, e as civilizações orientais, em particular a do Japão.

Esta pesquisa teve uma abordagem empírica, construída à medida que se apresentavam as experiências situacionais do cotidiano e da burocracia castrense, conforme a época histórica e a sociedade militar analisada, visando mostrar os usos e abusos da espada por uma classe militar, usando-a como meio para alcance de seus fins.

Em face dos escassos estudos socioantropológicos sobre espadas militares e seus portadores, esta investigação buscou alternativas metodológicas. Para isso, este autor se valeu de uma literatura ampla que estabelecesse pontes entre elas, atribuindo as considerações teóricas às quais puderam ser aplicadas às diversas situações militares, envolvendo o oficialato e suas espadas.

As fontes teóricas priorizadas para a elaboração deste artigo focam-se em teorias de três campos científicos: a teoria dos objetos; o poder simbólico; e o paradigma da dádiva. Os dois primeiros sob a perspectiva sociológica, o último no panorama antropológico.

Quanto à literatura da temática, buscou-se extrair e sintetizar fontes bibliográficas, livros e artigos científicos, obtidas por meio das áreas de História, Museologia, Arqueologia, Direito Internacional e, inclusive, Bibliologia. Contudo, concentrou-se em literaturas que abordassem as rotinas cerimoniais e burocráticas das sociedades militares do Estado Moderno.

3 O oficialato e o peso de sua espada

A historiografia registra o emprego de espadas por indivíduos de diferentes origens sociais, sejam homens da guerra fixados em terra, sejam embarcados em alto mar. Porém, a fabricação, qualidade, eficácia e desempenho dependiam em muito da situação de ordem econômica de quem as possuía.

Sobre a questão econômica, Max Weber (1982, p. 257) diz que: “[...] os exércitos das tribos agrícolas, os cidadãos armados das cidades antigas, as milícias das primeiras cidades medievais e todos os exércitos feudais; para esses, o auto-equipamento e o auto-provisionamento dos que eram obrigados a lutar constituíam a regra normal.”



No entanto, ainda segundo Weber (1982), quando a evolução econômica do mundo moderno decaiu, o quantitativo dos economicamente capazes de se autoequiparem já não era suficiente para a formação de exércitos necessários para uma empreitada militar.

Assim, já no *Ancien Régime* e pós-Revolução Francesa, poucas instituições sociais detinham condições de mandar confeccionar espadas para uso em duelos individuais ou a serviço do rei, a saber: o Estado; a burguesia liberal; e a nobreza aristocrática.

Segundo o pensador político Alexis de Tocqueville (2000), a nobreza aristocrática, em especial a *noblesse d'épée*², casta guerreira dos séculos XVI-XIX, ao abraçar a carreira das armas, assume a posição de oficial nos exércitos das sociedades aristocráticas. Já nas sociedades democráticas, todo cidadão pode se tornar um oficial, numa espécie de ambição militar pela promoção. Nessa transição, de oficiais aristocráticos para oficiais provenientes de processos democráticos, a espada militar permaneceu com a oficialidade.

O General Tasso Fragoso (1898), escritor militar brasileiro, ao escrever suas impressões sobre a formação do oficialato germânico, afirmou que a espada é uma prerrogativa da oficialidade:

Os alumnos [das Escolas de Guerra] são grupados de accordo com as respectivas armas, mas o ensino theorico militar é distribuído indistinctamente a todos... Terminado o curso presta o alumno exame final, denominado «exame de official» (*Officier profug*) e pôde, a partir dessa data, sendo aprovado, usar a **espada privativa dos officiaes**. (FRAGOSO, 1898, p. 57, grifo nosso).

Nas instituições de força dos Estados Modernos, existem grupos identitários que se distinguem pela situação de *status*, um deles é formado por um corpo profissional que denominamos quadro de oficiais, ou, utilizando a expressão do cientista político Samuel Huntington (2016), o oficialato.

A situação de *status* é caracterizada por uma estima específica de honraria. “Essa honraria pode estar relacionada com qualquer qualidade partilhada por uma pluralidade de indivíduos” (WEBER, 1982, p. 218) e, decerto, existem qualidades compartilhadas entre os oficiais.

A distinção de *status* visa separar socialmente os que são diferentes no dia adia, nesse caso, a polarização se dá pelas qualidades ou capacidades de *expertise* militar que os oficiais possuem e que definem suas identidades profissionais e sociais, em que os superqualificados são os que participam da gestão organizacional (DUBAR, 2005).

Trata-se de um serviço a ser assegurado, implicando uma responsabilidade inerente ao *status* possuído: o oficial é proprietário de sua patente. Esse *status* é, portanto, inseparável de uma HABILITAÇÃO especializada resultante de uma FORMAÇÃO

² Nobreza da espada, casta militar em oposição à *noblesse en toge*, nobreza de toga ou judiciária, e à *noblesse clérical*.



PROFISSIONAL inicial e contínua. Essa formação constitui uma condição para postular as funções organizadas ao longo de carreiras hierarquizadas do tipo burocrático. (DUBAR, 2005, p. 208).

Os oficiais sempre foram um componente vital dos elementos de força dos Estados, é por intermédio da liderança deles que transmitem conhecimento profissional, determinam a mentalidade militar e estabelecem princípios da ética militar (CAFORIO, 2006).

Tasso Fragoso (1898) comenta que a manutenção dos exércitos, historicamente, sempre se assentou no quadro dos oficiais que o compõem, a ponto de os príncipes reinantes solicitarem à oficialidade pela contínua evolução militar.

Para Huntington (2016), a especialização do oficial é a administração do uso da força, isto lhe impõe uma peculiar responsabilidade social que é de realizar a segurança militar de seus clientes: a sociedade e o Estado.

Ademais, desde a formação dos Estados Modernos, os oficiais são bombardeados continuamente por uma série de valores nacionais e valores da caserna — como o valor pela honra militar³—, bem como submetidos a variados costumes e ritos tradicionais que os acompanham em toda trajetória castrense, formando um modelo de *ethos* militar.

Esse conjunto de valores, ritos e costumes podem ser definidos como mecanismos institucionais de transformação do indivíduo, que endossam nas corporações militares crenças socialmente conservadoras.

Desse modo, o oficialato moderno é, em síntese, um corpo profissional destinado à guerra que nutre sentimentos pátrios e corporativos, carregando consigo informações tecnocientíficas que podem ser racionalmente aplicáveis na administração do uso da força.

Em outras palavras, houve uma apropriação de um privilégio que simboliza a responsabilidade, o pundonor e a posição social que os oficiais ocupam nas sociedades militares, portanto, este estamento não renunciou a um dos mais antigos instrumentos bélicos feitos pelo homem, pelo contrário, eles a monopolizaram como um bem típico de sua honra estamental.

4 O caráter místico da espada

Segundo Theodore Thomas Belote (1932), curador da Divisão de História do Museu Nacional dos Estados Unidos (1917-1948), a espada foi uma das primeiras armas inventadas pelo homem, que

³ A honra estamental é expressa por estilos de vida próprios, sentimentos de dignidade, de honra social e de monopolização de “privilégios estamentais” (WEBER, 1982, p. 223).



exerceu seu emprego militar até a primeira metade do século XX⁴. Belote comenta que o longo período de sua existência, como arma de guerra, só encontra paralelo à universalidade de seu uso, uma vez que esse objeto fora empregado tanto por nações orientais, quanto pelas ocidentais.

Na Europa, seja em tempos de paz ou de guerra, a espada ocupou uma condição única, figurando como insígnia de autoridade e indicação de *status* do seu portador (BELOTE, 1932). No lado Oriental, segundo a antropóloga cultural Ruth Benedict (1972), a espada no Japão constituiu um símbolo de culto e de virtudes tradicionais, representada pela manifestação exterior do espírito dos samurais — casta guerreira nipônica estabelecida desde o Medieval ao Período Oitocentista —, que detinha o direito exclusivo e as prerrogativas próprias para uso das espadas.

A partir da teoria dos objetos, busquei responder aos seguintes questionamentos: para que serve uma espada militar nos dias atuais? De onde emergiu a motivação das instituições militares modernas para dirigir suas atenções para um objeto de uso antigo?

Segundo o engenheiro Abraham Moles (1981), o termo objeto, por definição etimológica, significa coisa lançada adiante e que se apresenta aos nossos sentidos. No contexto da teoria dos objetos, distingue-se da ideia de coisa em razão de se atribuir ao objeto materialidade e finalidade.

Para Moles (1981), o objeto é um material produzido pelo homem para o fim a que se destina. No contexto das sociedades, serve como mediador social entre situações e atos, assumindo um caráter funcional com papel social bem definido.

“O objeto é, portanto, uma oportunidade de contato interindividual” (MOLES, 1981, p. 22), deste modo, o objeto porta mensagens funcionais ou simbólicas que são transmitidas do emissor ao receptor.

Assim, como todo objeto, as espadas podem mediar interações entre indivíduos e proporcionar expectativas de comportamentos quando envolvem, principalmente, situações de conflito e atos belicosos, comunicando as intenções⁵ de um para com o outro por intermédio da espada militar.

Segundo o filósofo Jean Baudrillard (2004), o objeto antigo, ou o objeto que se refere a um uso antigo, é puramente mitológico na sua referência ao passado, mesmo não tendo mais resultado prático, acha-se presente unicamente para significar algo.

Todavia, esse objeto que se relaciona ao passado não é de aplicação ornamental, nem tampouco sem função, mas cumpre um papel social equivalente ao que representa um “retrato de

⁴ A Brigada de Cavalaria Podolska, do Exército polonês, realizou a primeira carga de cavalaria da 2ª Guerra Mundial. Por volta das dezessete horas, do dia 1º de setembro de 1939, o comandante da Brigada levantou sua espada e, com este gesto, a cavalaria realizou seu ataque contra tropas blindadas do Exército alemão. Com esta carga, nasceu o mito da cavalaria polonesa, armada com espadas, enfrentando os panzers alemães.

⁵ Ex.: o espadachim, com sua espada em punho, comunica uma informação que vai desde o ato dissuasório, a fim de evitar o confronto, até a aplicação da força coercitiva.



família”, em que alude o homem moderno a um mundo anterior, em outras palavras, um mergulho no passado (BAUDRILLARD, 2004, p. 83).

Baseado nessa teoria, as espadas também significam para a oficialidade um sólido elo com o passado, em particular com as guerras que cunharam a trajetória das civilizações. Do mesmo modo, elas representam uma forte conexão com autoridades militares que marcaram seus nomes na história militar, caracterizando uma parte indivisível do oficialato dos tempos modernos.

Um modelo desse caráter místico é a espada do Duque de Caxias. Excepcionalmente, duas vezes ao ano, a espada original de Caxias entra no pátio de formatura da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) para as cerimônias de entrega do espadim, aos novos cadetes, e para a declaração de aspirantes, aos novos oficiais. Uma tradição de rituais de passagem provinda da Escola Militar do Realengo.

Figura 1: espada do Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro



Fonte: Agência Verde-oliva

Nessas cerimônias militares da AMAN, a espada do Duque de Caxias é conduzida solenemente por um distinto cadete até o seu relicário, conforme vemos na **Figura 1**, reverenciada pelos demais militares presentes ao estilo sacramental, seguido de um canto marcial entoado por um coro litúrgico de cadetes, simbolizando a presença espiritual do Duque de Caxias no cerimonial.

Segundo Baudrillard (2004), é necessário distinguir na mitologia do objeto dois aspectos: a nostalgia das origens e a autenticidade. E complementa, dizendo que:

O simples fato de que o objeto tenha pertencido a alguém célebre, poderoso, confere-lhe valor. A fascinação pelo objeto artesanal vem do fato deste ter passado pela mão de alguém cujo trabalho ainda se acha nele inscrito: é a fascinação por aquilo que foi criado (e que por isto é único, já que o momento da criação é irreversível). Ora, a procura do traço criador, da marca real à assinatura, é também a da filiação e da transcendência paterna. A autenticidade vem sempre do Pai: é ele a fonte do valor. (BAUDRILLARD, 2004, p. 85).



Esse apelo místico do nascimento também recai sobre as espadas do oficialato moderno que ainda seguem tradições advindas dos tempos do Medievo, cuja continuidade se estende até os nossos dias, ligando o presente ao passado. Uma destas tradições trata-se da gravação de inscrições no corpo⁶ das espadas militares.

Fruto de uma fusão de heranças românicas e germânicas, as espadas podem conter marcas, sinais e ornamentos gravados nos copos, nas lâminas ou nas bainhas. Estas inscrições promovem a identificação de seus usuários ou das instituições a que pertencem. São escudos e brasões de armas que evidenciam traços heráldicos de famílias aristocráticas, passadas de geração à geração, símbolos nacionais⁷ que representam Estados-nações, e marcas de confrontos que destacam batalhas e conquistas passadas (FOULKES, 1999).

5 O poder simbólico

Para o filósofo Jean Chevalier (2015), a espada significa um símbolo associado às guerras e às virtudes militares, cuja essência de sua função social e política estão intimamente ligadas ao poder.

Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu (1989), os símbolos são instrumentos por excelência de integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação. Bourdieu explica que o poder simbólico é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é atingido, por exemplo, pelo poder de impor o uso da força física. Para este autor, só se exerce esse poder se ele for reconhecido e legitimado.

Bourdieu (1989) afirma que todo espaço social se apresenta sob a forma de agentes dotados de propriedades diferentes que contribuem na distinção entre diferentes segmentos sociais, ou seja, na realidade da vida social, funcionam como signos distintivos.

No plano das sociedades militares, os oficiais são dotados de instrumentos legítimos de dominação que funcionam, na vida social entre militares, como signos de distinção, exercendo poder na dimensão real e simbólica mesmo quando repousam sob a força das armas.

Portanto, o monopólio dos instrumentos de poder de uma determinada associação política assume a forma de um poder propriamente simbólico, que possibilita reconhecer e legitimar a dominação. Deste modo, a domesticação dos dominados passa pela obediência à autoridade, detentora exclusiva dos instrumentos de poder (WEBER, 1982).

⁶ Grosso modo, as partes principais de uma espada militar são: o punho, o copo, a lâmina e a bainha.

⁷ No Brasil, a espada do oficialato brasileiro tinha como inscrição inicial o brasão das Armas do Império, fixada nos copos das espadas. A partir de 1889, a espada do oficial do Exército passou a conter o brasão das Armas Nacionais da República.



A espada, como objeto de poder simbólico, cumpre uma função social que integra grupos homogêneos, a que o historiador Raoul Girardet (2004) denominava de sociedade militar. E, de modo similar, ela também pode exercer uma função política para a sociedade civil. Em ambas situações, a espada comunica simbolicamente uma forma de dominação e legitima o poder de autoridades do tipo aristocrático-militar.

O caráter dual de sua função, isto é, social e político, fez a espada militar referir-se a uma diversidade de significados cujos impactos têm sido refletidos em povos e nações no decurso do seu processo histórico.

Para ilustrarmos bem esses impactos, verifica-se, na literatura das escrituras sagradas cristãs, que o termo espada, em grego *spathí*, aparece mais de quatrocentas e cinquenta vezes na Bíblia Sagrada, desde o sentido literal ao sentido figurado.

Por exemplo, na Bíblia está escrito que “... a palavra de Deus é viva e eficaz, mais cortante do que qualquer espada de dois gumes...” (BÍBLIA, Hebreus, 4, 12). Outro exemplo trata-se do julgamento do rei Salomão sobre a causa de duas mulheres pela mesma criança. Usando de sua sabedoria que recebeu de Deus, Salomão escolheu uma espada para fazer justiça e decidiu dividir a criança ao meio. Em face disso, uma das mães implorou por embainhar a espada e que fosse dada a criança à sua rival. Essa resposta possibilitou a Salomão reconhecer a mãe verdadeira (BÍBLIA, 1 Reis, 3,16-28).

Na literatura secular, o termo também apresenta diversas acepções, tais como expressar o espírito militar de um guerreiro, representar o uso coercitivo da força, dignificar lideranças militares e até simbolizar a força motriz de um exército, de uma nação armada, ou ainda de um Estado militarista.

Foi por essas duas trajetórias, espiritual e temporal, que a espada se atrelou a uma mística militar que, nas palavras de Ferdinand Foch, general e intelectual militar francês, simboliza “... o dom de transmitir a energia suprema que anima as massas de homens que é sua arma, pois o exército está para o líder assim como a espada está para o soldado”⁸ (MARECHAL FOCH apud FRANCE, 2016, p. 74, tradução nossa).

No trecho a seguir, o general Charles Foulkes, escritor militar canadense, escreveu na introdução de sua obra *Armour and Weapons*, suas reflexões a respeito dos feitos e fatos que a espada produziu na história da Arte da Guerra:

⁸ Texto original: *le don de faire passer l'énergie suprême qui l'anime dans les masses d'hommes qui sont son arme, car l'armée est au chef ce qu'est l'épée au soldat.*



⁹Mas, se considerarmos a história da Arte da Guerra, descobriremos que nosso assunto nos ajudará materialmente, quando lembrarmos que o crescimento das nações e suas fortunas, pelo menos até tempos recentes, dependeram em grande parte da espada e da força do braço que a empunhava. (FOULKES, 1909, p. 12, tradução nossa).

Finalmente, na teoria das Ciências Militares, o filósofo e teórico militar Clausewitz, ao abordar no clássico *On war* sobre as causas e efeitos dos fatores físicos e morais na aplicação do uso da força, estabelece uma relação de similaridade com os componentes de uma espada militar, em que o punho de madeira representaria os fatores físicos, enquanto os fatores de ordem moral retratariam a lâmina afiada de metal precioso (CLAUSEWITZ, 1976).

6 A espada como dádiva entre militares

Segundo o historiador militar John Albert Lynn (2012), a Idade Média testemunhou a invenção europeia da rendição honrosa, conduta que promovia a sobrevivência dos nobres que se rendessem. E, no começo do século XVI, criou-se o artifício jurídico das honras de guerra¹⁰ que abrangia os demais militares, no qual o Estado avocou para si ser o guardião dos prisioneiros de guerra.

O Direito Internacional do mundo moderno dá aos militares direitos que incluem a perspectiva de permanecer vivo e o seu eventual retorno para casa. O grande teórico do estatuto jurídico da guerra, o jurista holandês Hugo Grotius (2004), afirmou em seu *De jure belli ac pacis* (1623) que o término das hostilidades dependia de um ato formal para que suas consequências fossem decisivas.

Segundo Vattel (2004, p. 418), todo oficial militar goza da autoridade delegada pelo soberano. “Assim a comissão do general comandante, quando ela é simples e não limitada, lhe confere poder absoluto sobre o exército, o direito de fazê-lo marchar para onde achar apropriado, providenciar operações que julgar conveniente ao bem-estar do Estado”.

Nesse contexto, observa-se um novo fenômeno na cultura militar: dádivas entre militares, o uso da espada de oficial como mediador funcional nas relações militar-militar. A ação da dádiva na cultura militar é um processo sistêmico de contrapartidas que abarca questões morais, tradicionais e carismáticas que firmam o comprometimento de todos os envolvidos nesse processo (GOMES, 2020).

⁹ Texto original: *But, if we consider the history of the Art of War, we shall find that our subject will materially assist us, when we remember that the growth of nations and their fortunes, at any rate till recent times, have depended to a large extent on the sword and the strength of the arm that wielded it.*

¹⁰ As honras de guerra são um conjunto de privilégios concedidos a uma força militar que se rendeu em combate.



O acontecimento solene de entrega da espada, do comandante derrotado em batalha ao seu oponente, é realizado numa cerimônia de rendição, um tipo de ritual militar que busca sacrificar o interesse privado em prol do interesse coletivo, com isso, procura-se obter vantagens recíprocas. Nesse ritual, ocorre a obrigação tripartite do “dar, receber e retribuir”, estabelecida pela teoria da dádiva do antropólogo Marcel Mauss (2003, p. 243).

Na situação de capitulação, a espada torna-se um objeto “portador de signos” (MOLES, 1982, p. 19), cuja função é capaz de reforçar a reciprocidade e os laços de confiança nas relações militar-militar de Estados beligerantes.

Dito de outro modo, a entrega de uma força militar e/ou de uma propriedade do Estado — seja um território, uma guarnição, uma fortificação ou uma praça de guerra —, ao exército inimigo é mediada pela entrega da espada, símbolo da honra do oficialato, como dádiva da autoridade militar responsável pela defesa daquela propriedade, cuja intenção é propor pactos de rendição definidos de comum acordo com o comandante adversário.

Durante a 2ª Guerra Mundial, o Tenente-general do Exército japonês, Hatazo Adachi¹¹, quando a guerra terminou em setembro de 1945, rendeu-se ao comando à 6ª Divisão Australiana em Wewak, Nova Guiné, simbolicamente entregando sua espada ao Major-general Horace Robertson após assinar o estatuto de capitulação no Campo de Pouso Aéreo *Camp Wom*.

O comandante adversário vitorioso, como representante político-militar do Estado beligerante é obrigado não só a receber a dádiva, mas também a retribuí-la com uma contradádiva, oferecendo considerações semelhantes, podendo serem acordados, nos termos da rendição, as regalias, os privilégios e as honras de guerra.

Segundo Bourdieu (1996), a troca da dádiva se dá entre iguais, a fim de contribuir para reforçar a solidariedade entre os envolvidos. No contexto militar, o oficial comandante triunfante no campo de batalha só receberá a espada de seu oponente se for de posto equivalente ou de mesmo peso militar, do contrário, os termos da rendição com as devidas honras de guerra podem ser suspensos, restritos ou mesmo negados.

No trecho a seguir, relata-se a rendição do General britânico Cornwallis¹², retratada na **Figura 2**, e a recusa de entregar sua espada ao General George Washington, em 1781, durante a Guerra de Independência norte-americana (LYNN, 2012, p. 2, tradução nossa):

¹¹ https://ww2db.com/person_bio.php?person_id=536. Acesso em: 20 dez de 2022.

¹² https://www.gilderlehrman.org/sites/default/files/inline-pdfs/02437.09555_FPS.pdf. Acesso em: 15 out de 2022.

¹³Em 19 de outubro de 1781, às duas horas daquela tarde, teve início a cerimônia de rendição. Uma impressão, uma litografia de 1845, retrata a rendição em Yorktown. A impressão mostra o derrotado Lord Cornwallis entregando sua espada ao General Washington. Washington está de mãos abertas, pronto para aceitar a oferta de Cornwallis. Essa transação, no entanto, não foi a que realmente ocorreu. Na realidade, Cornwallis optou por não participar da rendição, alegando doença e deixando o general Charles O'Hara para liderar as tropas britânicas. Washington, recusando-se a aceitar a espada de qualquer um que não fosse Cornwallis, nomeou o general Benjamin Lincoln para aceitar a espada de O'Hara.

Figura 2: rendição de Cornwallis, impresso por James S. Baillie, 1845



Fonte: Gilder Lehrman Collection

7 Usos e abusos da espada

Em virtude de a espada ter atingido esse caráter místico e simbólico no mundo moderno, este instrumento esteve ao serviço disciplinar das instituições militares, seja para declaração de culpabilidade, seja para cessação de laços de pertencimento entre o oficial e a sua corporação.

Nessas duas situações, quando associada à ideia de justiça, as instituições militares estabeleceram fórmulas disciplinares que se rotinizaram nas corporações, empregando a própria espada como meio simbólico de imputar responsabilidades e expurgar indesejáveis.

¹³ Texto original: *On October 19, 1781, at two o'clock that afternoon, the surrender ceremony commenced. This print, an 1845 lithograph, depicts the surrender at Yorktown. The print shows a defeated Lord Cornwallis surrendering his sword to General Washington. A regal and serious Washington stands with open hands ready to accept Cornwallis's offering. This transaction, however, was not the one that actually took place. In reality, Cornwallis chose not to participate in the surrender, citing illness and leaving General Charles O'Hara to lead the British troops. Washington, refusing to accept the sword of anyone but Cornwallis, appointed General Benjamin Lincoln to accept O'Hara's sword. Though Cornwallis did not really present his sword to Washington at the surrender, this print captures, if not a true moment, a patriotic feeling forged by the end of Revolutionary hostilities and the birth of a new nation from the ashes of war.*



Segundo uma tradição naval oriunda de Estados aristocráticos, o oficial que enfrenta uma corte marcial¹⁴ deve entregar sua espada no tribunal militar, colocando-a sobre a mesa. Esta condição representa seu *status* e sua reputação na condição de espera. Ao retornar ao tribunal e antes da leitura do veredito, o acusado toma conhecimento do seu destino ao observar o posicionamento de sua espada em relação a ele. Caso a ponta da espada esteja orientada para o oficial, este é considerado culpado, mas, se o punho estiver na sua direção, significa que a decisão deliberada foi a seu favor (GRANT, 1958).

Quanto ao expurgo de militares, o processo disciplinar passa pelo ritual de degradação que, conforme consta no *Code de Justice Militaire pour l'Armée de Terre*¹⁵ (1857), trata de uma cerimônia militar de desonra e destruição de símbolos de *status*. No caso de oficial, conta com o ato de quebrar a espada ao meio defronte ao degradado e diante de tropa perfilada, este último servindo como testemunha ocular do rompimento da instituição para com o desonrado.

Segundo o sociólogo americano Harold Garfinkel (1956), o ritual de degradação descreve qualquer ação de comunicação pública com a intenção de estigmatizar o sujeito como indigno dos privilégios normais que anteriormente desfrutava na sociedade ou numa instituição.

Um caso típico de uma instituição militar romper laços com um dos seus membros foi a do Capitão Alfred Dreyfus¹⁶, oficial do exército francês de origem judaica, acusado de lesa-pátria por crimes de traição e espionagem. Dreyfus foi obrigado a passar por um ritual de degradação, conforme ele relata a seguir:

Um ajudante da Guarda Republicana veio até mim e rapidamente arrancou os botões do meu casaco, as listras das minhas calças e as marcas da minha patente do boné e das mangas do casaco, e então quebrou minha espada no joelho dele. ... Eu vi todos esses emblemas de honra caírem aos meus pés. (DREYFUS, 1901, p. 49, tradução nossa).¹⁷

8 Considerações finais

Analisando a aplicação das teorias científicas selecionadas às situações das rotinas militares presentes neste trabalho, conclui-se que as sociedades militares, independentemente de sua origem civilizacional, nada mais são do que um reflexo da sociedade mais ampla.

¹⁴ O mesmo que a Justiça Militar.

¹⁵ Código de Justiça Militar do Exército, em tradução literal.

¹⁶ Em 1905, foi restabelecida a honra do Cap Dreyfus ao ser, simbolicamente, restituída sua espada.

¹⁷ Texto original: *An adjutant of the Republican Guard came up to me and rapidly tore the buttons from my coat, the stripes from my trousers, and the marks of my rank from my cap and coat-sleeves, and then broke my sword across his knee. ... I saw all these emblems of honour fall at my feet.*



A teoria do objeto propõe a ideia de que as coisas materiais, elaboradas por um artífice, são dotadas de uma finalidade desde seu desenvolvimento, inseridas no contexto de uma estrutura social que inclui processos de interação, mediação e significação.

Portanto, a espada militar se encaixa no conceito de objeto quando esta se materializa em um instrumento de uso bélico, elaborada pelo *homo militaris*, com a finalidade de submeter homens, povos e nações por meio da guerra. Depreende-se, então, que o *homo militaris* é um *homo faber*¹⁸ de armadura.

O poder simbólico é um poder quase mágico. Esta expressão do sociólogo Bourdieu nos remete a um encantamento por ilusões, onde indivíduos têm a crença de que aquilo que estão vendo é real e a reconhecem como tal. No mundo societal, homens reconhecem e legitimam a dominação de outros que, em alguns casos, obtém a obediência dos dominados por meio da força física ou por meio de instrumentos que simbolizam esta força.

A espada exerce um poder simbólico quando produz o encantamento que integra grupos estratificados, mas de estrutura homogênea, p. ex., a classe dos oficiais. Do mesmo modo, a espada comunica uma ideia de dominação por autoridades militares na crença de que os instrumentos de poder delas — farda, divisas, bastão de comando e a espada de oficial — são simbolicamente reais e reconhecidos como legítimos.

Por fim, buscou explicar a razão da solidariedade, da reciprocidade e dos laços de confiança nas relações militar-militar, mesmo entre Estados beligerantes. Para isso, este autor se utilizou do paradigma da dádiva para demonstrar que há todo um sistema de prestações e de contraprestações no âmbito das sociedades militares. No caso de uma rendição, esse sistema pode promover tratados em que são acordados as honras de guerra, utilizando como meio para esse fim a entrega da espada do comandante derrotado ao comandante triunfante na batalha, como dádiva entre militares.

Tudo isso, a partir do olhar socioantropológico, vem a explicar as motivações pelas quais o oficialato moderno manteve a espada militar sob sua guarda, não mais pela aplicabilidade bélica, mas sim pela sua exclusividade social e pelo seu simbolismo, objeto inato do seu estamento. Para se ter uma noção dessa relevância, o advento das armas de fogo não adquiriu esse grau de exclusivismo na consciência coletiva dos oficiais.

Isto posto, podemos concluir que a espada configurou na história das civilizações como uma arma de guerra por excelência, democrática e universal, que se notabilizou não apenas como uma extensão do braço do *homo militaris*, mas também como objeto de justiça, autoridade, prestígio,

¹⁸ *Homo faber*, (homem fabricante) expressão latina de autoria do filósofo francês Henri Bergson em sua obra **A invenção criadora**, que vem a significar a capacidade facultativa do homem fabricar artefatos, ou objetos artificiais, em particular utensílios para uma determinada finalidade.



honra, força e poder simbólico.



Referências

- FRANCE. Armée de terre. État-major de l'armée de Terre. **L'exercice du commandement dans l'armée de Terre**. Paris: EDIACA, 2016.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BELOTE, Theodore Thomas. **American and European Swords in the historical collections of the United States National Museum**. Washington: Government Printing Office, 1932.
- BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. Padrões da cultura japonesa. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.
- BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**: Antigo e Novo Testamento. Traduzida por João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus. 1996.
- CAFORIO, Giuseppe. **Handbook of the Sociology of the Military**. New York: Springer Science Business Media, LLC, 2006.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Translated by Michael Howard and Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1976.
- CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.
- DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DREYFUS, Alfred. **Five Years of my Life**. The Diary of Captain Alfred Dreyfus. New York: McClure, Phillips & Co., 1901.
- FRAGOSO, Tasso. Como se faz um Oficial Alemão. **Revista Brasileira**, Ano 4, Tomo XIII, pp. 50-65, JAN-MAR 1898.
- FOULKES, Charles. **Armour & Weapons**. United Kingdom: Clarendon Press, 1909.
- GARFINKEL, Harold. Conditions of Successful Degradation Ceremonies. **American Journal of Sociology**, The University of Chicago, v. 61, n. 5, pp. 420-424, MAR 1956. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2773484>. Acesso em: 10 SET 2022.
- GIRARDET, Raoul. **A Sociedade Militar**: de 1815 aos nossos dias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- GOMES, Wellington F. Dádivas entre militares. A origem da solidariedade e da coesão. In: ROCHA, Márcio (Org). **Estudos Estratégicos e Relações Internacionais**: O protagonismo da China no Século 21. Niterói: Editora LUZES, 2020. Disponível em: <https://www.encontroinest.com/LivroProtagonismodaChinanoSeculo21.pdf>. Acesso em 10 SET 2022.
- GRANT. K.E.. Some Notes on Military Swords. **The Canadian Army Journal**, v. 12, n. 2, pp. 109-124, ABR 1958. Disponível em: http://www.regimentalrogue.com/misc/1958_Military_Swords.htm. Acesso em 10 SET 2022.
- GROTIUS, Hugo. **O direito da guerra e da paz**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.
- HAGEN, Ulrich Yom. **Homo militaris**. Perspektiven einer kritischen Militärsoziologie. Wetzlar: Majuskel Medienproduktion GmbH, 2014. Disponível em:



<https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/30420/646442.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 OUT 2022.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

LYNN, John Albert. Introduction: Honourable Surrender in Early Modern European History, 1500–1789. In: AFFLERBACH, Holger; STRACHAN, Hew (Ed.). **How Fighting Ends: A History of Surrender**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MINISTÈRE DE LA GUERRE. **Code de Justice Militaire pour l'Armée de Terre**. Paris: Imprimerie nationale, 1857.

MOLES, Abraham A. **Teoria dos objetos**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1981.

SURRENDER of the british general cornwallis to the americans, october 19, 1781. **The Gilder Lehrman Institute of American History**, 2012. Disponível em: https://www.gilderlehrman.org/sites/default/files/inline-pdfs/02437.09555_FPS.pdf. Acesso em: 15 out 2022.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VATTEL, Emer. **O direito das gentes**. Prefácio e tradução: Vicente Marotta Rangel. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.